

**PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL ENTRE O REGIONAL E O LOCAL.
OU PARA QUE SERVE UM PLANO?**

Laura Bezerra¹
Tamara Carla dos Santos²

Resumo: O artigo busca conectar as necessidades, problemas e perspectivas do Museu de Imagem e Som-BH com as propostas do Plano Estratégico Patrimonial do Programa Mercosul Audiovisual em prol da conservação do patrimônio audiovisual regional.

Palavras-chave: políticas culturais; preservação audiovisual; patrimônio audiovisual; Mercosul; MIS-BH.

Introdução

A noção de planejamento em políticas públicas passou por diversas mudanças ao longo do tempo e hoje o planejamento é compreendido como “um instrumento político [...] para moldar e articular os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2006, p. 284). Segundo Adélia Aguiar (2012, p. 378) planejar significa “estabelecer o conjunto de ações a realizar e definir os meios a combinar com vistas à obtenção dos resultados pretendidos”. Para a autora, portanto, “os planos, programas e projetos na administração pública são formas de organizar toda estratégia governamental para dar cumprimento às políticas públicas que precisam ser implementadas.” (AGUILAR, 2012, p. 382). Mesmo que não reduzamos a política pública a seus aspectos meramente racionais, partimos do pressuposto que qualquer política quer atingir um alvo, persegue um objetivo a ser alcançado. Ao refletir sobre a função de uma política de cultura, Isaura Botelho (2007, p. 113) fala em “alterar o

¹ Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordena atualmente o projeto “Preservação audiovisual entre o global e o local (I): Políticas de preservação audiovisual em países latino-americanos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e a influência de instâncias transnacionais”. Presidente da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA) e coordenadora da Filmografia Baiana.

² Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB. Orientanda de iniciação científica no projeto acima citado com um plano de trabalho sobre as “Políticas de preservação audiovisual nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e suas relações com as políticas culturais brasileiras e transnacionais”.

quadro atual”, com a solução dos problemas detectados no diagnóstico e “o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar”.

Neste sentido, um dos eixos da nossa pesquisa sobre a “Preservação audiovisual entre o global e o local (I): Políticas de preservação audiovisual em países latino-americanos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e a influência de instâncias transnacionais” é buscar os resultados concretos do Programa Mercosul Audiovisual para a preservação do patrimônio audiovisual da região. O projeto prevê análises de resultados não só nas políticas federais dos quatro países, mas busca seus efeitos em instituições da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ou seja, não somente nos âmbitos estaduais e municipais, como também fora do eixo Rio-São Paulo, usualmente privilegiado nas políticas culturais nacionais. Considerando o “município como um local privilegiado, que propicia um maior conhecimento do processo de gestão pública da cultura” (CALABRE, 2009, p. 84), considerando também as multifacetadas relações que estão se formando, na contemporaneidade, entre o global e o local, buscamos os ecos do Programa em uma instituição municipal detentora de acervos audiovisuais na cidade de Belo Horizonte.

1. O Plano Estratégico Patrimonial do Mercosul

Em 2003, foi criada, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam), um órgão consultivo, vinculado ao Grupo do Mercado Comum (GMC), com a finalidade de

Analizar, desarrollar e implementar mecanismos para promover la complementación e integración de las industrias cinematográficas y audiovisuales en la región, armonizar las políticas públicas del sector, impulsar libre circulación de bienes y servicios cinematográficos y armonizar los aspectos legislativos de estas industrias. (MERCOSUR/ GMC/Res. 49/2003).

A Recam divulgou, em 2009, o Programa Mercosul Audiovisual (PMA), que apresenta a “conservação do patrimônio regional” como um dos seus objetivos centrais. Em 2013 foi finalizado o Plano Estratégico Patrimonial do PMA, cujo objetivo geral é “definir as linhas estratégicas referentes à conservação, restauração e digitalização do

seu patrimônio audiovisual, por meio de recomendações aos Estados-Membros do Mercosul” (RECAM, 2013, p. 9).³

O Plano Estratégico Patrimonial (PEP) possui seis linhas estratégicas – ações do Estado; estratégias e condições para armazenamento e preservação; formação; gestão documental; difusão; pesquisa – a partir dos quais foram definidos os objetivos e suas respectivas ações, que trataremos a seguir de forma bastante sucinta e pontual.⁴

A primeira linha estratégica, ações do Estado, possui os seguintes objetivos: a) definir ações do Estado para um melhor funcionamento dos arquivos audiovisuais e b) articular atividades de cooperação regional orientadas para a preservação e difusão do patrimônio audiovisual.

No primeiro deles, é reforçada a necessidade de dispositivos legais que garantam recursos orçamentários estáveis não apenas para cobrir os custos de pessoal e infraestrutura, mas também para que as instituições detentoras de acervos audiovisuais consigam efetivamente realizar sua missão (RECAM, 2013, p. 19). Esta, devemos sublinhar, é uma das mais constantes demandas do setor nos quatro países em tela. Algumas recomendações, que aparecem a seguir, espelham pleitos dos arquivos audiovisuais, a exemplo de a) garantir que os órgãos responsáveis pela política audiovisual dos Estados-Membros tenham um especialista em preservação audiovisual como referência permanente; b) incluir nos programas de fomento à produção os custos de uma matriz de preservação; c) desenvolver uma política específica de recursos humanos para os arquivos audiovisuais; d) liberar os materiais de preservação de taxas alfandegárias.

A segunda linha estratégica, “Estratégias e condições para armazenamento e preservação” do PEP aborda uma questão central, a infraestrutura mínima necessária à preservação de acervos audiovisuais, incluindo aí como item essencial a formação e capacitação permanente dos funcionários para a realização das ações de conservação e seu monitoramento. Relevante, neste contexto, é a ideia de criação de de um *programa sistemático de preservação*, baseado em parâmetros internacionais adaptados às

³ Sempre que o PEP for citado em português, trata-se de tradução nossa.

⁴ Mais sobre o Plano Estratégico Patrimonial do PMA em BEZERRA, 2015a e 2015b. Sobre a Recam e a Política Cinematográfica do Mercosul, cf. CANEDO; LOIOLA; PAUWELS, 2015.

realidades locais (RECAM, 2013, p. 33, grifos nossos).

A seguir, o PEP trata da formação, com um único objetivo, que refere-se a “conscientizar sobre a importância da preservação do patrimônio audiovisual entre os integrantes da indústria audiovisual”. O entendimento da formação aqui nos parece limitado, e é insuficiente, em área tão essencial, recomendar apenas “campanhas” e “debates”.⁵

A gestão documental, quarta linha estratégica do PEP, ocupa um amplo espaço no Plano, com dez ações estruturadas em torno de três objetivos estratégicos: a) promover e monitorar a normatização dos processos de gestão documental nos arquivos estatais; b) implementar uma base de dados no sitio da Recam como parte do processo de integração regional da gestão documental e c) assegurar a contínua atualização e ampliação desse banco de dados.

Em seguida o PEP trata da difusão, com o objetivo de “estabelecer estratégias de difusão e comunicação para a conscientização da importância da preservação audiovisual para a cidadania”, e a previsão de campanhas nos meios de comunicação a fim de “re-hierarquizar o audiovisual como objeto cultural e ferramenta pedagógica, além de difundir o conceito de patrimônio audiovisual” (RECAM, 2013, p. 51). Mesmo ressaltando a importância de se promover a conscientização de que o patrimônio audiovisual é parte integrante do patrimônio cultural de um povo ou região, o entendimento aqui também nos parece um limitado e, mais uma vez, demasiado orientado a campanhas e discussões.

A pesquisa é tratada na sexta e última linha estratégica, que apresenta como objetivo “impulsionar as articulações entre universidades e cinematecas para realização de pesquisas *que complementem os temas de estudo específicos das cinematecas* e que contribuam para os processos de patrimonialização” (RECAM, 2013, p. 55, grifos nossos). Este objetivo deve ser alcançado através de duas ações: a) realizar pesquisas

⁵ Ao objetivo citado, correspondem duas ações. São elas: “realizar campanhas de formação e conscientização, em instituições de formação audiovisual e associações profissionais, sobre a preservação e ‘o dilema digital’ com os realizadores, produtores e distribuidores da indústria audiovisual” (3.1.a.) e construir espaços de discussão e formação no âmbito do Recam (3.1.b).

sobre o consumo cultural (inclusive análise das coincidências e diferenças entre o consumo do audiovisual nos países do Mercosul, que serviria para a elaboração de ações conjuntas) e b) desenvolver estratégias para inserir o audiovisual aos processos de ensino e aprendizagem em espaços escolares e não-escolares.

É inquestionável a necessidade de pesquisas sobre o consumo cultural no geral e do consumo audiovisual na América do Sul, e o Plano traz uma excelente análise sobre a relevância da questão. Mas, como ressaltamos em um texto anterior “análises de consumo cultural situam-se fora do escopo de atuação e das competências de uma cinemateca.” (BEZERRA, 2015, p. 12). Cabe, ainda, salientar que o diagnóstico preliminar, que serviu de base para a elaboração do Plano, apresenta uma realidade difícil, apontando para problemas comuns, por exemplo, a “ausência ou descumprimento dos dispositivos legais que garantam recursos orçamentários *para as tarefas específicas* dos arquivos audiovisuais”, precariedades na infraestrutura de preservação e recursos humanos insuficientes (RECAM, 2013, p. 12-13, grifos nossos). Neste contexto, necessário e recomendável seria fortalecer o centro de ação das cinematecas, ao invés de abrir novas fontes de atuação.

2. Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS-BH)⁶

O Centro de Referência Audiovisual (CRAV), vinculado à Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte e inaugurado em novembro de 1995, foi o primeiro espaço voltado para a preservação audiovisual em Minas Gerais.⁷ O embrião do atual MIS-BH foi criado para “promover um processo democrático de atualização e de reconhecimento das memórias coletivas e identidades culturais contemporâneas da população da cidade, em suportes técnicos audiovisuais” (FREITAS, 2016, p. 1378). Ao analisar a trajetória da instituição, o autor identificou três distintas matrizes de pensamento a orientar seus rumos, entre elas, no período 2001-2009,

⁶ Entrevista com Isabel Beirigo e Soraia Nogueira, ambas funcionárias da instituição, realizada por Tamara Carla dos Santos no dia 14/09/2015, no MIS-BH, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

⁷ Nos anos 1980, a criação de uma instituição de preservação audiovisual na cidade de Belo Horizonte já era discutida por produtores, cineastas e pesquisadores, porém, o decreto nº 5.553, que autoriza sua criação somente foi publicado em 09 de março de 1989 e o CRAV, criado em 1992.

o sonho de uma moderna cinemateca [... que] dá ênfase à constituição de um acervo cinematográfico sobre a história da cidade e do cinema mineiro que, muitas vezes, apresentava risco de deterioração.

Paralelamente formou conhecimento e implementou ações necessárias para o trabalho de guarda e conservação de arquivos audiovisuais em diferentes suportes. Reuniu um acervo audiovisual significativo, estabeleceu relações com instituições afins nacionais e estrangeiras, e desenvolveu ações de fomento e apoio à produção local de projetos de filmes, festivais, mostras, oficinas e seminários. (FREITAS, 2016, p. 1383, grifos do autor).

Depois de estabilizada, provida de funcionários, com uma série de ações em andamento, disputas políticas levaram a mudanças institucionais, e os 32 funcionários foram exonerados no início de 2009. No final de 2014, em função de uma mudança administrativa na Prefeitura de Belo Horizonte, o CRAV foi transformado em Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS-BH).⁸ Novos funcionários foram contratados através de um concurso público e, em agosto de 2015, 22 profissionais trabalhavam no MIS-BH.⁹ A atual estrutura administrativa do Museu é composta pela direção e pelos seguintes setores: administração; conservação (documental, filmográfica, videográfica, fonográfica e iconográfica); restauração; pesquisa; projetos; difusão; educativo.

*2.1.1. O acervo*¹⁰

Segundo entrevista, as primeiras doações que constituíram o acervo do MIS-BH foram recebidas de colecionadores e produtores. A instituição recebe materiais por meio de doações, transferências e depósito¹¹, e todas as propostas passam pela avaliação da Comissão Permanente de Política de Acervo (CPPC), que analisa a capacidade da

⁸ Cf. o decreto nº 15.775, de 18 de novembro de 2014.

⁹ Oito deles possuem nível superior (incluindo mestrado e doutorado nas áreas de história, museologia, cinema e artes digitais, conservação de bens culturais), além de onze servidores de nível médio e um de nível fundamental.

¹⁰ As informações sobre o acervo foram obtidas por meio da entrevista citada anteriormente, das respostas a um questionário, e complementadas por pesquisa no site do Museu <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=45112&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&>>.

¹¹ Depósito é quando um detentor de direitos, cineasta ou produtor, leva seu filme para a instituição para ser preservado após a finalização. A doação acontece quando um colecionador (cineasta, produtor etc.) procura a instituição para depositar algum filme que esteja em sua posse. Transferência é quando a película que estava em outra instituição passa a ser depositada no MIS.

instituição de receber determinada doação. O MIS-BH tem uma política constante de prospecção de materiais, em especial filmes mineiros ainda não disponíveis na instituição. Desde 2011, os editais da Fundação Municipal de Cultura dirigidos à produção de curtas relacionados ao patrimônio cultural, devem ser depositados no MIS-BH.

O Museu mantém quase 70 mil itens. O acervo consiste em negativos em 35mm, negativos 6x6, VHS, SVHS, U-matic, HI-8, Betacam, Mini-DV, DVD, cartazes, disco de vinil, fita cassete, CD, projetores, filmadoras, livros, catálogos, periódicos, negativos de vidro, diapositivos, prova contato e ampliações. São 41.000 rolos de filmes, 5.621 vídeos, 1.700 arquivos iconográficos, 300 tridimensionais, 1.038 bibliográficos, 19.990 fotográficos e 661 discos de vinil. O acervo abriga, também, materiais jornalísticos que pertenceram à TV Globo com registro de telejornais e reportagens e fotografias que pertenceram à extinta TV Itacolomi. O filme mais antigo da instituição é “Reminiscências”, de Aristides Junqueira (1909).

A instituição possui prédio próprio, adaptado para uso como arquivo, com infraestrutura de conservação composta por uma área climatizada com antecâmara, três depósitos com temperatura e umidade relativa controladas, filtragem de poluentes e um programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos e extintores manuais. O MIS-BH possui área de tratamento com mesas de revisão e higienização de películas e uma sala para atendimento a pesquisas e consulta de imagens. Está sendo implantado um sistema de combate a incêndio e monitoramento. Aproximadamente 90% do acervo do MIS-BH está organizado fisicamente nas reservas; aos poucos, o material vem sendo catalogado e mais da metade do acervo está identificado, as informações sobre ele estão disponíveis em planilhas de Excel.

O rolos de filmes são guardados em estojos de polietileno; fotos e cartazes são acondicionados com papel alcalino. Existe um laboratório de conservação e restauro de objetos, fotografia e cartazes. Caso um filme precise ser restaurado, isso terá que ser realizado por outras instituições fora do estado. Quando um filme não tem possibilidade de recuperação, a decisão sobre seu descarte é feita pela Comissão Permanente de Política de Acervo.

O MIS-BH é aberto à visitação com agendamento prévio e recebe majoritariamente dois públicos: o acadêmico, para pesquisas variadas, e produtores em busca de imagem de arquivos para seus filmes e vídeos (copiagem e telecinagem são possíveis, com preços variados). Alguns dos equipamentos estão expostos e os filmes podem ser assistidos em aparelhos de DVD, videocassetes, Betacam, computadores e moviolas, com acompanhamento de funcionários. Para o acesso do público em geral aos filmes preservados, o MIS-BH promove mostras e, em abril de 2016, foi inaugurado o Cine Santa Tereza, com exibições gratuitas. Comemorado como “primeiro cinema público de rua em Belo Horizonte”¹², o cinema conta, ainda, com uma biblioteca pública, que possui um acervo sobre cinema e audiovisual.

2.1.2. Os problemas e as perspectivas do MIS-BH

Ao investigar a trajetória do MIS-BH, mapeamos três problemas: instabilidade administrativa, recursos insuficientes e necessidade de incrementar a formação continuada dos funcionários. Cabe salientar, que estes são as dificuldades mais comuns entre as instituições detentoras de acervos audiovisuais no Brasil e nos outros países do Mercosul.

Um exemplo da instabilidade e suas consequências: no início de 2009, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte exonerou os 32 funcionários terceirizados do Centro de Referência Audiovisual (CRAV), dispensando pessoas, que levaram consigo informações preciosas sobre a coleção, e interrompendo bruscamente os esforços empreendidos no tratamento e organização do acervo da instituição. Cabe salientar que contratação posterior dos novos funcionários através de concurso público indica uma bem-vinda estabilidade ao corpo funcional do MIS-BH. Em um primeiro momento, porém, eles precisaram buscar uma formação específica em preservação audiovisual, gerando um hiato problemático.¹³ Extrapolaria o escopo deste artigo analisar o processo, mas pode-se afirmar que a demissão abrupta do antigo corpo funcional paralisou os

¹² <http://www.soubh.com.br/noticias/gerais/cine-santa-tereza-esta-de-volta/>

¹³ As duas entrevistadas, Isabel Beirigo e Soraia Nogueira participaram de cursos de capacitação, entre eles, aqueles oferecidos pela Cinemateca Brasileira através do (hoje extinto) Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais (SiBIA).

trabalhos do CRAV por alguns anos, o que tem consequências numa instituição de memória, especialmente aquelas que possuem acervos frágeis como filmes. Na época, a comunidade de preservadores audiovisuais do Brasil demonstrou preocupação e recomendou na Carta de Ouro Preto de 2009 “a continuidade das ações desenvolvidas pelo CRAV na consolidação de seu projeto institucional e recomposição de seu quadro de funcionários, gravemente afetado pela demissão dos especialistas, em janeiro de 2009”, considerando que iniciativas como estas, fora do eixo Rio-São Paulo, são parte “de um conjunto maior de ações de fundamental importância para a execução de uma política nacional de preservação do patrimônio audiovisual brasileiro.”¹⁴

Nossas observações combinam com as de Marcelo Freitas (2016, p. 1386), que ao analisar a trajetória do MIS-BH, referiu-se à “efemeridade” como uma característica da trajetória do MIS-BH, ao lado de um certo desprestígio da instituição junto à administração pública, bem como a escassez de recursos.

As funcionárias entrevistadas apontam como entraves ao cumprimento pleno da missão do MIS: as novas questões colocadas pela preservação digital; a falta de uma legislação que embase o trabalho de instituições detentoras de acervos audiovisuais; e a concentração dos recursos e ações no eixo Rio-São Paulo. O principal limitador seriam os recursos orçamentários insuficientes da instituição municipal, sendo necessário um esforço permanente de captação de recursos externos para a realização de seus projetos, o que entretanto seria dificultado tanto pela estrutura administrativa da Fundação Municipal de Cultura (com suas limitações burocráticas), quanto pela centralização das opções de financiamento, mais difícil para instituições fora do eixo Rio-São Paulo. O MIS-BH vem buscando parceiras com instituições afins, mas elas estão relacionadas com a troca de experiência e informações, não com repasses financeiros.¹⁵ Todos estes problemas, entretanto, precisam ser vistos em um contexto maior, pois, como disse

¹⁴ Durante a Mostra de Cinema de Ouro Preto (CineOP) acontecem os Encontros Nacionais de Acervos e Arquivos Audiovisuais, cujas resoluções são publicadas, anualmente, nas “Cartas de Ouro Preto – Preservação”.

¹⁵ Três funcionárias participaram dos cursos de capacitação oferecidos pela Cinemateca Brasileira no âmbito do (hoje extinto) Sistema Brasileiro de Informações Audiovisuais (SiBia). Apesar de sublinharem a existência de uma boa relação, chamam a atenção para o fato de hoje as coisas estarem “muito confusas” por lá – uma referência à crise institucional que praticamente paralisou os trabalhos da Cinemateca Brasileira entre 2013-2015 e culminou com um incêndio no depósito de nitratos.

Isabel Beirigo na entrevista citada: “política pública voltada para a preservação, eu acho que falta, e falta em todos os níveis [...] municipal, estadual e federal.”

Considerando que “as obras audiovisuais são um reflexo de um país” e, portanto, a preservação de acervos audiovisuais como eixo fundamental da preservação do patrimônio cultural do país, o MIS-BH empreende esforços constantes no sentido de promover a conscientização da importância da preservação audiovisual através de eventos que dão visibilidade ao trabalho da instituição e de ações focadas na educação, fazendo com que ela seja discutida nas escolas e universidades. Entre outras coisas, são ofertadas oficinas de análise fílmica e de conservação preventiva de acervos audiovisuais, visando não somente contribuir com a formação de profissionais na área de conservação, mas também demonstrar – principalmente para os produtores – a importância da preservação audiovisual. Palestras, seminários e sessões de cinema comentadas colaboram para a formação do público. Essas atividades realizadas pelo MIS-BH são abertas para todas as faixas etárias e para usuários da assistência social. Este deve ser pontuado como um aspecto muito positivo do trabalho da instituição.

2.1.3. O PEP e os problemas do MIS-BH

Considerando que a necessidade de ações em prol da “conservação do patrimônio regional” foi o que motivou a criação do Plano Estratégico Patrimonial do PMA, buscamos as recomendações do PEP para as principais dificuldades encontradas no MIS-BH – recursos insuficientes, instabilidade administrativa e formação e capacitação do corpo funcional.

No que se refere aos recursos financeiros, o Plano reclama garantias legais de meios pecuniários estáveis para os arquivos audiovisuais “cumprirem sua missão” e não somente “pagarem os custos”. O Plano refere-se explicitamente a recursos *orçamentários estáveis* disponibilizados pelos *poderes públicos* (RECAM, 2013, p. 14), e sugere “um dispositivo legal que defina o montante, a periodicidade e o destino específico dos fundos, permitindo ao arquivo beneficiado planejar a gestão institucional com maior eficiência e numa perspectiva de longo prazo” (RECAM, 2013, p. 19). O fato deste item aparecer como a primeira entre as ações do Estado, demonstra o quão

vital é a questão, contudo, até o momento da escritura deste artigo (maio de 2016), a recomendação não teve resultados práticos. Na verdade, não foram sequer definidos encaminhamentos e nenhum tipo de articulação política foi feita neste sentido, ao menos no Brasil.

Ao sublinhar a necessidade dos recursos serem *estáveis*, e assim permitir o planejamento de longo prazo, a equipe elaboradora do PEP reconhece a instabilidade como problema crucial das instituições de preservação audiovisual. Porém, apesar de defini-la como “missão do Estado” (RECAM, 2013, p. 6), o Plano não traz recomendações explícitas para seu enfrentamento. A necessidade de “desenvolvimento de uma política de recursos humanos específica para os arquivos audiovisuais” (RECAM, 2013, p. 14), indica a percepção dos danos gerados pela falta de estabilidade e pelas recorrentes mudanças nos corpos funcionais das instituições em questão. Mesmo fazendo referência à grave crise que assolou a Cinemateca Brasileira no momento de escritura do Plano (os “câmbios institucionais” que poderiam prejudicar o funcionamento da instituição, RECAM, 2013, p. 13), o PEP não induziu a uma articulação política ou mesmo ao agendamento do tema nas políticas audiovisuais brasileiras.

A capacitação permanente dos funcionários de instituições detentoras de acervos audiovisuais é vista como condição essencial para a conservação dos materiais e aparece como um dos dois objetivos da segunda linha estratégica, mas não o documento não vai além de recomendações de pouca concretude como “*impulsionar o debate* e o desenvolvimento de áreas de formação específicas” (RECAM, 2013, p. 15).

Uma questão que ocupa amplo espaço no Plano, como a gestão documental, não aparece como tópico de destaque do MIS-BH. Por outro lado, o Museu dá destaque à difusão e valorização do patrimônio audiovisual, assim como o Plano, mas, não houve influência deste último em relação ao primeiro. O Plano Estratégico Patrimonial do PMA era desconhecido no MIS, como é na grande maioria das instituições brasileiras detentoras de acervos audiovisuais. Resumindo podemos dizer que os problemas enfrentados pelo MIS-BH são tematizados no Plano Estratégico Patrimonial, sem,

entretanto que ele tenha induzido algum tipo de melhoria nas políticas de preservação audiovisual no Brasil, que tenha alcançado a instituição municipal.

3. Considerações Finais

Como dito anteriormente, toda política tem uma finalidade, todo plano tem um propósito. Enquanto instrumento de planejamento, um plano deveria ser mais que uma carta de boas intenções, contribuindo para solução de problemas e promovendo o desenvolvimento do setor (BOTELHO; COELHO). Críticos desse entendimento reforçam que diferentes interesses e inúmeras disputas (de valores, de significados, de recursos etc.) terminam por orientar significativamente os caminhos que tomam uma política, levando, às vezes, a um distanciamento dos problemas concretos (SOUZA; FREY).

Seguramente, caberia discutir o que seria o desenvolvimento da preservação audiovisual no Mercosul e qual seu lugar como parte integrante de uma política cultural regional. Por outro lado, buscar o vínculo entre discurso e prática é fundamental para a avaliação e o monitoramento de uma dada política. Qual a contribuição do Plano para a conservação do patrimônio audiovisual regional? Em que medida ele operou no sentido de “potencializar as políticas nacionais de preservação” (RECAM, 2013, p. 8)? O nexo entre o documento e sua implementação efetiva nos parece muito tênue. As inconsistências do PEP (BEZERRA, 2015b) e sua reduzida eficácia nos impulsionam aprofundar as investigações sobre o processo de elaboração do Plano, para entender melhor “os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas” (OLIVEIRA, 2006, p. 284) e os embates simbólicos que terminaram por determinar sua configuração final.

4. Referências

BEZERRA, Laura. O Plano Estratégico Patrimonial do Programa Mercosul Audiovisual e suas influências nas políticas de preservação audiovisual no Brasil. In: III ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM CULTURA, 2016, Crato- CE. **Anais...** . Juazeiro do Norte-CE: Universidade Federal do Cariri, p. 156-166.

_____. Políticas Regionais de Preservação Audiovisual: o Plano Estratégico

Patrimonial do Programa Mercosul Audiovisual. In: XI REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 2015, Uruguai. **Anales...** Montevideo: UDELAR, 2015.

_____. **Políticas para a preservação audiovisual no Brasil (1995-2010)**. 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2013.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. in: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007, p. 109-132.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo / Rio de Janeiro: Itaú Cultural / Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CANEDO, Daniele; LOIOLA, Elisabeth; PAUWELS, Caroline. A RECAM e a Política Cinematográfica do Mercosul: Promoção da Integração Regional e da Diversidade Cultural? **Políticas Culturais em Revista**, 1(8), p. 2-20, 2015.

CASTRO, Carmem; GONTIJO, Cynthia; AMABILE, Antônio (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

COELHO, J. T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

EDMONDSON, Ray. **Filosofia e princípios da arquivística audiovisual**. Rio de Janeiro: ABPA; Cinemateca do MAM-RJ, 2013.

FREITAS, Marcelo B. Memória e esquecimento: a trajetória do Centro de Referência Audiovisual de Belo Horizonte. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 1378-1389.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática das políticas públicas no Brasil. IPEA. **Planejamento e políticas públicas - PPP**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso: 11 jul. 2011.

HEFFNER, Hernani; HALLAK, raquel; HALLAK, Fernanda. (Org.). **Reflexões sobre a Preservação Audiovisual**. Belo Horizonte: Universo Produções, 2015.

OLIVEIRA, José A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas, **RAP**, Rio de Janeiro 40(2):273-88, Mar./Abr. 2006

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (orgs.) **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: Edufba, 2008.

SEEGER, Anthony. Uma história de dois arquivos: aquisição, preservação, digitalização e divulgação de acervos audiovisuais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 48, p. 31-52, mar. 2009.

SIQUEIRA, Mauricio. O documento visual sob a perspectiva arquivística: reflexões, estudos e propostas da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Sonoros do Conselho Nacional de Arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3. Londrina (PR). **Anais...** Londrina: 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, p. 20-45, jul/dez 2006.